

BOLETIM 445

Brasília, 6 de outubro de 2017

Regulamentação dos planos de saúde pode ameaçar ainda mais os consumidores do país

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa - Mazinho (*foto*), posicionou-se contra as alterações que estão sendo apresentadas pelo deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da Lei dos Planos de Saúde (Projeto de Lei 9.656/98), que tramita na Câmara dos Deputados, após ter sido aprovada pelo Senado Federal. Outros 139 projetos foram anexados ao PL.

O relator da matéria está admitindo a impossibilidade de aplicar o Código de Defesa do Consumidor (CDC) nos contratos das operadoras. Segundo Mazinho, “apesar de prometerem a redução da judicialização e a solução dos problemas do latentes do setor de saúde no Brasil, esses projetos servem, na verdade, para reduzir, ainda mais, os direitos dos consumidores, onerados constantemente pelos preços absurdos praticados pelas operadora”.

Recentemente, o XVII Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor, realizado no último mês de agosto, no Recife, condenou o “retrocesso” para a saúde e o bolso do consumidor que pode representar o parecer do deputado potiguar.



No documento, as entidades solicitam acesso prévio ao documento e o pronunciamento da Comissão de Ética Pública, do Ministério Público e de outras instituições, além de criticar a falta de transparência na condução do projeto.

A proposta tramita em caráter de urgência em uma comissão especial na Câmara dos Deputados, que deveria avaliar mudanças para regular o setor da saúde e proteger os consumidores. Contudo, a partir das declarações feitas em audiências públicas e pelo relator, o grande objetivo da proposta é afastar o CDC [Código de Defesa do Consumidor] e atender os interesses das operadoras.

Entre as alterações estão a segmentação de coberturas assistenciais, reajuste após 60 anos de idade, redução do valor de ressarcimento ao SUS (Sistema Único de Saúde), redução do valor de multas aplicadas contra as operadoras e a extinção de projetos que beneficiam os usuários.

As organizações afirmam que este não é o momento de votação de uma nova lei e convocam toda a sociedade para participar se mobilizar contra o projeto que coloca em riscos os direitos da população.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: Ministério e Centrais fazem acordo sobre saldo residual

Termo de mediação prevê destinação de parte dos recursos para ações de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo

O ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira, participou na manhã desta quinta-feira (5) de uma reunião com as centrais sindicais, mediada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), para sanar questões referentes a recursos aferidos a partir da contribuição sindical, não distribuídos às entidades. Na audiência, realizada na sede do MPT em Brasília, foi firmado um termo de mediação com os ritos de atuação do Ministério do Trabalho e das centrais sindicais.

Ronaldo Nogueira destacou o importante papel desempenhado pelo MPT na mediação do conflito. “As centrais sindicais apresentaram suas reivindicações e ocorreu certo litígio sobre a destinação dos recursos oriundos do resíduo de saldo de contribuições sindicais. A mediação trouxe pacificação do entendimento, dentro dos parâmetros de legalidade. Iniciativas como esta têm de ser incentivadas e valorizadas”, afirmou o ministro.

Histórico – Na ocasião do recolhimento da contribuição sindical, por parte de empresas, no período de 2008 a 2015, ocorreram erros no preenchimento de códigos identificadores das entidades de representatividade. Por essa razão, os recursos recolhidos permaneciam em conta

específica do Ministério do Trabalho, resultando no resíduo hoje requerido pelas centrais sindicais.

No termo assinado nesta quinta-feira está prevista a formação de um Grupo de Trabalho (GT) responsável pela edição de uma portaria contendo os ritos para aferição de recursos e sua devida destinação. Esse GT deverá incluir, no mínimo, um representante de cada central sindical, um representante da Caixa Econômica Federal e um representante da Advocacia Geral da União, a serem indicados pelas instituições.

Em relação ao saldo residual de contribuição, seus beneficiários, quando identificados, receberão os valores devidos; quando não identificados, os recursos deverão ser divididos proporcionalmente entre as entidades de representação. Outra medida decidida foi a revogação de ato normativo que suspendia a análise de processos de pedidos de restituição de contribuição sindical, retomando o curso de processos em ordem cronológica de representação. Cerca de 500 processos terão seu rito de análise retomado.

Destinação de recursos – Parte importante do acordo se deu em atendimento a uma solicitação do MPT. As centrais sindicais concordaram em destinar 15% do valor do saldo residual da contribuição sindical a programas de erradicação do trabalho infantil e ações de combate ao trabalho escravo.

“O grande ganho desta mediação foi a destinação de parte dos recursos para ações de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil”, afirmou Ronaldo Nogueira, que destacou ainda o acolhimento da proposta do MPT pelas entidades. Participaram da audiência representantes da AGU e da CEF.

Fonte: MTb



FST promoveu ato em Teresina (PI) contra as 'reformas' de Temer

O **Movimento Resistência - Por um Brasil Melhor**, lançado no início de setembro pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) – que congrega 22 Confederações, realizou nesta sexta (6) ato na capital do Piauí. A campanha nacional tem a intenção de barrar o avanço das “reformas” de Temer e o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O evento incluiu coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular, que prevê a revogação da reforma trabalhista.

Em entrevista à Rádio Web Agência Sindical, Artur Bueno de Camargo Junior, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação (CNTA Afins), falou sobre a repercussão do movimento.

"É importante dizer que esses atos que fazemos marcam o início das atividades em cada região. Nós montamos comitês locais, para que as ações na base não parem. Nos dois primeiros eventos, em Porto Velho e Campo Grande, o retorno foi excelente. Trabalhadores e população começam a entender como essa reforma irá prejudicar a todos", diz Artur.

Balanco - Na terça (3), o FST reuniu em Brasília várias Confederações, a fim de avaliar o

trabalho desempenhado pelo Movimento nos primeiros 30 dias de atividade. Nesse período, ocorreram ações em Rondônia, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Os dirigentes também debateram a organização de ato unitário – possivelmente no dia 8 de novembro – para a entrega das assinaturas na Câmara dos Deputados.

São Paulo - Na próxima terça (10), às 9 horas, haverá reunião na sede da Federação dos Trabalhadores na Alimentação do Estado de São Paulo (Fetiasp). Na pauta, a organização do ato na capital paulista.

"Quero fazer um convite a todas as categorias indiscriminadamente, para que compareçam a esse encontro. Vamos definir data, horário e local da grande manifestação que faremos na cidade", ressalta Artur Junior.

Fonte: Agência Sindical

Câmara e STF assinam acordo para regulamentar dispositivos da CF

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, assinaram nesta quinta-feira (5) protocolo de intenções para regulamentação de dispositivos constitucionais.

O evento marcou o início das comemorações dos 30 anos da Constituição, a serem completados em 5 de outubro de 2018. Participaram o presidente do Senado, Eunício Oliveira; ministros do Supremo; a procuradora-



geral da República, Raquel Dodge; e vários parlamentares.

Alguns dos presentes foram constituintes, como os deputados Átila Lira (PSB-PI), Benito Gama (PTB-BA), Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), Miro Teixeira (Rede-RJ), Paes Landim (PTB-PI), Roberto Balestra (PP-GO), Roberto Freire (PPS-SP) e Simão Sessim (PP-RJ). Também participou Mauro Benevides (PMDB-CE), que, como senador, foi vice-presidente da Constituinte e hoje é deputado suplente.

Comissão - O presidente da Câmara informou que criará uma comissão para analisar projetos prioritários que busquem suprir omissões ainda não regulamentadas no texto constitucional. Ele também defendeu que os deputados que foram constituintes tenham participação ativa nesse colegiado, devido à experiência acumulada.

Maia afirmou que a regulamentação vai permitir a consolidação e a efetivação de direitos constitucionais. “Trabalhar pela efetividade da Constituição é trabalhar pela realização da vocação democrática e inclusiva no Brasil”, disse. “Fora da política não haverá solução para o País.”

Eficiência - A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, afirmou que a regulamentação dos dispositivos constitucionais tornará as leis mais eficazes, evitando ainda recursos ao Judiciário para resolver omissões. “Acreditar na Constituição é acreditar no Brasil e na democracia”, disse.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que as comemorações dos 30 anos da Constituição mostram que as instituições funcionam no País. Ele defendeu uma vigília permanente em defesa do texto constitucional.

Fonte: Agência Câmara

Parecer na CCJ sobre denúncia contra Temer deve ser lido na terça-feira

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), anunciou nesta quinta-feira (5) que o relatório do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) sobre a denúncia contra o presidente da República, Michel Temer, deve ser lido na próxima terça-feira (10) a partir das 10 horas.

Logo após a leitura do parecer as defesas e Temer e dos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral), acusados no mesmo processo (SIP 2/27), terão direito a tempo igual para expor seus argumentos.

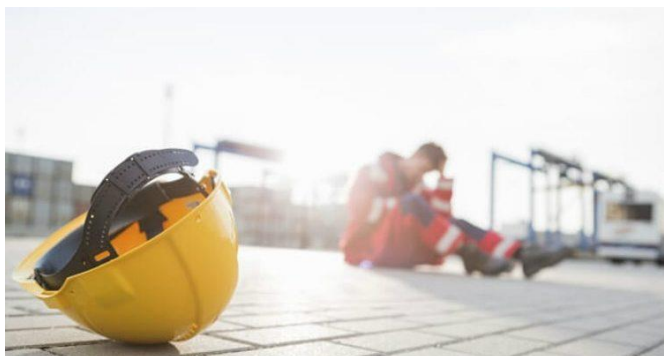
Como é esperado um pedido de vista – com prazo de duas sessões do Plenário –, a discussão da denúncia na CCJ só deve começar na semana seguinte, na terça-feira (17).

Cada integrante da comissão – 66 titulares e 66 suplentes – terá 15 minutos para falar. Deputados não membros poderão discutir por 10 minutos cada um, até o número máximo de 20 favoráveis e 20 contrários ao parecer do relator.

Na primeira denúncia contra Temer, a discussão na CCJ levou dois dias inteiros. A votação do parecer aconteceu no segundo dia. Por acordo, a votação da segunda denúncia não ocorrerá durante a madrugada.

Caberá à CCJ votar o parecer sobre o caso, elaborado pelo relator Bonifácio de Andrada. Independentemente desse parecer, o Plenário deverá decidir se autoriza ou não a abertura de processo no STF contra Temer.

Fonte: Agência Câmara



Trabalhadores reclamam de desamparo após acidente

Trabalhadores lesionados reclamaram ontem, em audiência pública na Câmara, da falta de amparo quando o funcionário sofre algum tipo de acidente no trabalho, o INSS avalia que o cidadão ainda tem condições de trabalhar, mas a empresa diz que ele não tem condições de voltar a exercer sua função.

Quando nem a Previdência assume o trabalhador lesionado para receber o seguro social e nem a empresa aceita essa pessoa de volta, alegando que ela ainda não tem condições de trabalhar, o funcionário fica num “limbo previdenciário”.

O analista de políticas sociais da Secretaria da Previdência, do Ministério da Fazenda, Orion Sávio Santos de Oliveira, reconhece que o limbo existe, mas afirma que a responsabilidade é da empresa que tem de receber o trabalhador que foi habilitado pelo INSS. "O perito do INSS tem soberania para julgar a incapacidade ou não para fins de concessão de benefícios previdenciários", afirmou Oliveira durante debate promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Dois milhões de lesionados - Segundo o vice-presidente da Associação em Defesa dos Lesionados no Trabalho, Fábio da Silva, há dois milhões de trabalhadores nessa situação no Brasil. Ele mesmo faz parte desse grupo e conta que já está há 8 meses sem receber o benefício do governo e sem poder voltar para a empresa em que trabalhava. "A empresa não me quer lá, o INSS não me dá o benefício. Isso é uma covardia! O Ministério do Trabalho não faz a parte dele de fiscalizar [as empresas] e o INSS nem sequer me dá a oportunidade de me reabilitar", reclama.

Ela lembra que o Brasil tem menos da metade de profissionais necessários para a realizar o trabalho de fiscalização. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o País deveria ter 6 mil auditores do trabalho, mas atualmente há apenas 2.370 inspetores para fiscalizar cerca de 7 milhões de estabelecimentos.

Associação em Defesa dos Lesionados no Trabalho pediu aos parlamentares a criação de parcerias para a reabilitação desses trabalhadores e a revogação da Lei 13.457/17, que alterou a concessão de benefícios do INSS.

Já o deputado Assis do Couto (PDT-PR), que solicitou a audiência pública, disse que a comissão vai tentar retomar um grupo de trabalho para a reabilitação integral, cuja criação estava prevista num decreto presidencial de 2016, mas que ainda não foi posto em prática.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)